

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

GEOGRAFIA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO RIO CURICURIARI

Bolsista: Thaline Ferreira Fontes, CNPq

MANAUS  
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA  
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL  
PIB – H/011/2009  
GEOGRAFIA INDÍGENA NAS ESCOLAS DO RIO CURICURIARI

Bolsista: Thaline Ferreira Fontes, CNPq  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivani Ferreira de Faria

MANAUS  
2010

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, ao Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia e se caracteriza como sub projeto do projeto intitulado Ba'se Boo - Gestão Territorial e Sustentabilidade para as Comunidades Indígenas do Rio Curircuriari, financiado pela FAPEAM e Coordenado pela profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACIEB – Associação das Comunidades Indígenas Escola Ba'sé Boo

CEB - Câmara de Educação Básica

CEEI - Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena

CNE - Conselho Nacional de Educação

EAF – Escola Agrotécnica Federal de Manaus

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IER/ AM – Instituto de Educação Rural do Amazonas

ISA – Instituto Socioambiental

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ONG – Organizações Não Governamentais

PCN – Parâmetro Curricular Nacional

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Desporto

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação

S.G.C. – São Gabriel da Cachoeira

U.I.V. – Universidad Indígena da Venezuela

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização da Área de Estudo em São Gabriel da Cachoeira .....	10
FIGURA 02 – Escola Indígena Ba'sé Boo .....	30
FIGURA 03 – Escola Indígena Kurica .....	32
FIGURA 04 – E.I.K – Escola Indígena Kurica .....	33
FIGURA 05 – Escola Apoio da E.I.K. ....	33
FIGURA 06 – Horários de aula da Escola Indígena Kurica .....	39

## RESUMO

São Gabriel da Cachoeira é um município situado no Alto Rio Negro. Com uma população indígena em torno de 95% dividida em 23 etnias a educação torna-se complementar e variada e a luta pelos direitos torna-se ainda maior. Em 1993, concretizando os direitos conquistados na Constituição, o Ministério da Educação publica o documento intitulado “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”, elaborado para servir de referência básica aos planos operacionais dos estados e municípios em relação à educação escolar indígena. Em 1988 foi publicada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere aos direitos indígenas, dando ao índio o seu direito de ser e permanecer índio. Diante disso, a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira, iniciou o processo de implantação de escolas indígenas diferenciadas, podendo essas ser: interculturais, bilíngües e específicas. Para o desenvolvimento do projeto, utilizamos o método dialético com procedimentos metodológicos da pesquisa participante, com documental e de pesquisa de campo a partir de fontes primárias e secundárias e aportes teóricos para análises dos dados. As escolas indígenas Ba'sé Boo e Curica foram estudadas e projetadas pelos comunitários e professores da UFAM para proporcionar esse diferencial, entretanto esse deveria ser o diferencial das escolas, mas como visto em campo as escolas não seguem o projeto, o ensino e metodologias são baseados nas escolas ocidentais, utilizam os livros da SEDUC/SEMED, trabalham com o português como primeira língua e os componentes geográficos não estão sendo desenvolvidos nas escolas. Para que o projeto de fato ocorra, faz-se necessária a formação de recursos humanos indígenas e melhor estruturação das escolas, quanto mais professores indígenas engajados para aprender e ensinar o funcionamento da escola será apto para a transmissão de seus próprios conhecimentos.

Palavras-chave: indígena; educação; cultura.

## **RESUMEN**

São Gabriel da Cachoeira es un municipio situado en el Alto Rio Negro. Con una población indígena de alrededor del 95% dividido en 23 etnias, la educación se convierte en complementarias y variada y la lucha por los derechos humanos se vuelve aún mayor. En 1993, la realización de los derechos obtenidos en la Constitución, el Ministerio de Educación publicó el documento titulado "Directrices para la Política Nacional de Educación Indígena", preparado para servir como una referencia básica para los planes operativos de los estados y municipios en relación a la educación indígena. Se publicó en 1988 la actual Constitución de la República Federativa del Brasil, en relación con los derechos indígenas, dando a los indígenas su derecho a ser y seguir siendo indios. Por lo tanto, el Departamento de Educación de São Gabriel da Cachoeira, comenzó el proceso de implementación de escuelas indígenas diferenciadas, estos pueden ser: intercultural, bilingüe y específicos. Para desarrollar el proyecto, se utilizó el método dialéctico con los procedimientos metodológicos de la investigación participativa, con investigación documental y de campo a partir de fuentes primarias y secundarias y soporte teórico para el análisis de datos. Las escuelas indígenas Boo Ba'sé y Curica sido estudiados y diseñados por los profesores de UFAM y la comunidad para proporcionar esta diferencia, sin embargo éste debe ser el diferencial de las escuelas, pero como se ve en las escuelas no siguen el diseño, metodologías de enseñanza y se sobre la base de las escuelas occidentales, basándose en los libros de SEDUC / SEMED, trabajar con el portugués como primera lengua y componentes geográficos no se están desarrollando en las escuelas. Para que el proyecto se produce, es necesaria la capacitación de recursos humanos indígenas y la mejor estructuración de las escuelas, los maestros indígenas dedican

a enseñar más y aprender el funcionamiento de la escuela será capaz de transmitir sus propios conocimientos.

Palabras claves: indígenas, la educación, la cultura.

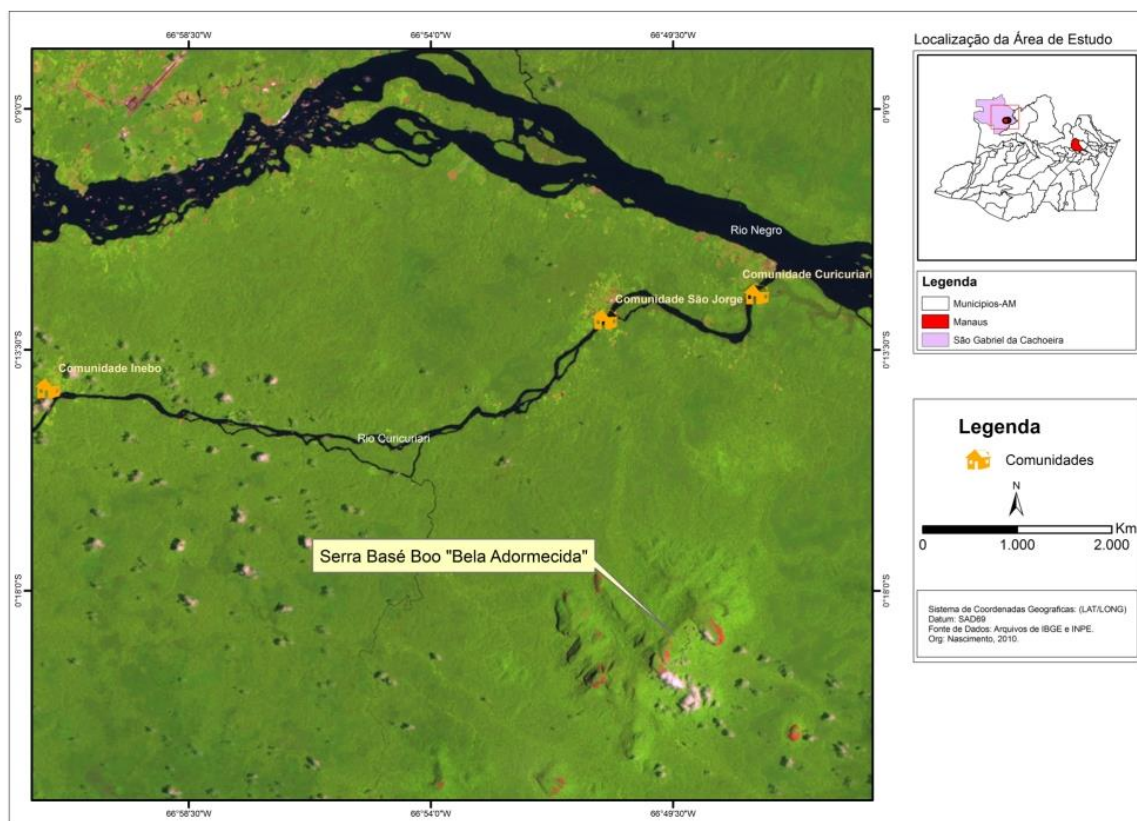


## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1- Nacionalizando a Educação.....	14
2.2- Regulamentando a Educação .....	18
2.3- Conhecendo o Projeto: Futuro ou Presente? .....	22
<b>3- COMEÇANDO O PROJETO.....</b>	<b>27</b>
3.1- Conhecendo o Lugar.....	27
3.2- Escola Indígena.....	28
3.2.1 – Escola Indígena Ba'sé Boo .....	28
3.2.2 – Escola Indígena Curica .....	31
3.3- Metodologia do Ensino e Geografia Indígena.....	35
3.4- Parâmetro Curricular Nacional – PCN.....	38
<b>4- CONCLUSÕES.....</b>	<b>40</b>
<b>5- REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>6- CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

São Gabriel da Cachoeira está situado no Alto Rio Negro é um município com 112.000 km<sup>2</sup>, situado no extremo noroeste do Estado do Amazonas, na fronteira com Colômbia e Venezuela. Com uma população de 46.000 habitantes 95% da sua população são indígenas pertencentes a 23 etnias que habitam a região. A área de estudo, como pode-se observar na figura 01, localiza-se as comunidades Curicuriari e São Jorge, onde estão localizadas as escolas Curica e Ba'sé Boo, respectivamente, que ficam as margens do Rio Curicuriari.



**Fig. 01.** Localização da Área de estudo em São Gabriel da Cachoeira.  
**Fonte:** Wendell A.F. Aquino e Eduardo Pinheiro, 2009.

Sendo um município com variadas etnias a educação torna-se complementar e variada e a luta pelos direitos torna-se ainda maior, para concretizar suas conquistas os indígenas percebem que para entender melhor e se defender precisa saber e conhecer o porquê da sua nova luta, percebe-se que isso é possível com a escola, aprender sua história e preservar sua cultura e costumes, assim como o direito a seu território.

Analisou-se que a escola ou a universidade indígena constrói um novo pensamento ao estudante, como foi estudado em uma ida a campo pela disciplina Diagnóstico Sócio-Ambiental e Ação Participativa pelo curso de Geografia, no período de 10 a 17 de setembro de 2009 para a Venezuela, onde o grupo de estudantes conheceu a Universidade Indígena da Venezuela – UIV e sua metodologia de estudo focada para conhecimento histórico indígena e formação de educadores e pesquisadores.

Não somente o Brasil como a Venezuela e certamente outros países vem articulando-se para um desenvolvimento do estudo indígena e fortificação cultural de cada povo, pois, cada povo tem o direito de estudar na sua própria língua e na maneira adequada ao seu dia a dia na aldeia.

A educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngüe, específica e diferenciada. Cada povo tem o direito constitucional de utilizar sua língua materna indígena na escola, isto é, no processo educativo oral e escrito, de todos os conteúdos curriculares, assim como no desenvolvimento e reelaboração dinâmica do conhecimento de sua língua; cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em sua modalidade oral e escrita, em seus vários registros - formal, coloquial, etc.; (FARIA, (1998).

A língua materna de uma comunidade é parte integrante de sua cultura e, simultaneamente, o código com que se organiza e se mantém integrado todo o conhecimento acumulado ao longo das gerações, que assegura a vida de todos os indivíduos na comunidade.

Novos conhecimentos são mais naturais e efetivamente incorporados através da língua materna, inclusive o conhecimento de outras línguas.

Diante disso, a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira, iniciou o processo de implantação de escolas indígenas diferenciadas. Neste contexto surgem as escolas indígenas Curica, localizada na comunidade indígena de Curicuriari, utilizando como língua de instrução o Nheêgatu e a escola indígena Ba'sé Boo na comunidade indígena de São Jorge, sendo a língua de instrução o Tukano.

As comunidades de São Jorge e Curicuriari, Terra Indígena do Médio Rio Negro I, são formadas por indígenas Tukano, Baré, Arapaço e Piratapuia falantes da língua Tukano e Nheêgatu. As escolas e o presente projeto fazem parte do projeto da Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria intitulado Ba'sé Boo – Gestão Territorial e Sustentabilidade para as Comunidades Indígenas do Rio Curicuriari, aprovado financeiramente pela FAPEAM com autorização da FUNAI e da FOIRN, sendo executado pelo Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão do Território na Amazônia.

A ida a campo para São Gabriel da Cachoeira, no período de 12 a 20 de fevereiro de 2010, foi de extrema importância para o conhecimento das escolas, dos conteúdos estudados em sala de aula, a prática dos alunos nos tempos livres ou na escola e a língua utilizada para comunicação oral e escrita, assim como o levantamento bibliográfico sobre o tema.

Portanto analisou-se o ensino da Geografia nas escolas indígenas Curica e Ba'sé Boo no Rio Curicuriari, Terra Indígena Médio Rio Negro I – São Gabriel da Cachoeira, a partir desta pôde-se demonstrar o processo de implantação das escolas indígenas Curica e Ba'sé Boo, levantar seus componentes geográficos desenvolvidos e comparar os componentes geográficos propostos pela PCN da escola indígena e os desenvolvidos nas referidas escolas indígenas. Com o conhecimento sobre as escolas implantadas verificou-se a metodologia do ensino implantado na Curica e Ba'sé Boo e como os componentes geográficos vêm sendo

trabalhados pelas escolas, a partir de fontes primárias e secundárias junto aos professores das escolas e levantamento bibliográfico.

Para o ensino da Geografia, a importância está na busca de novas metodologias de ensino a partir de uma Geografia Indígena que poderá contribuir para a quebra de paradigmas de uma pedagogia e de uma didática tradicional. A base conceitual da pesquisa está centrada nos conceitos *escola indígena, geografia indígena e metodologia do ensino*.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 – Nacionalizando a Educação

Uma educação escolar que contribua para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é, agora, um direito garantido em lei. A Constituição Federal de 1988 assegura além do direito ao uso da língua materna, os processos próprios de aprendizagem, possibilitando, assim, Projetos de Escolas Indígenas diferenciadas, específicas, bilíngües e interculturais: "O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem" (FARIA, {?}).

A questão da educação indígena vem sendo discutida há muito tempo por estudantes e pesquisadores da área, há pessoas que pensam que educar um indígena é inviável, outras que lutam por uma educação aos indígenas digna de sua cultura e seus costumes.

Hoje o Brasil abriga em seu território uma rica diversidade nativa, composta por mais de 220 povos indígenas espalhados em várias aldeias em praticamente todos os estados da federação (somente Rio Grande do Norte e Piauí não existem povos indígenas), com uma população estimada em torno de 370.000 a 700.000 mil indivíduos, computando-se aqueles que vivem em áreas urbanas e se identificam como índios. (GRUPIONI, 2006).

É necessário perceber que não somente no Amazonas essa realidade é eminente, em todos os Estados a luta por uma educação própria é constante, entretanto, não depende apenas do índio, indigenistas ou coordenações, ONG's e fundações depende de um resultado de um todo e de apoio principal da sociedade, que muitas vezes torna-se discriminadora da causa.

Em um livro sobre A Questão da Educação Indígena a Comissão Pró-Índio/ SP registrou uma literatura de vários autores intitulada: Encontro Nacional de Trabalho sobre

Educação Indígena, após o encontro Nacional no qual discutem sobre suas experiências com os indígenas e seu sistema de educação.

Segundo SILVA (1981, p.12):

No momento dramático por que passam os povos indígenas no Brasil hoje, a educação indígena em seu aspecto não-tradicional, ou seja, concebida como algo “para os índios”, deve necessariamente ser entendida como processos e atividades conjuntas que levem à compreensão e avaliação crítica, pelos índios, da realidade vivida.

Põem-se em questão os direitos indígenas, pois muito dos processos de contato do branco com o indígena sobre a educação vem de uma metodologia ocidental e não com experiências de seus cotidianos, uma vez que nesse encontro nacional foram discutidas as metodologias impostas para o índio e os métodos de aprendizagem impostas para eles por eles.

No Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena (1981), foi perceptível que muitos dos trabalhos possuem a educação pelo próprio indígena e seu dia a dia como meio de educação e percebendo que há pouca utilização do material ocidental incluso nos meios de aprendizagem.

No Município de São Gabriel da Cachoeira foi aprovado em 20 de Novembro de 2001 o Sistema Municipal de Ensino, Lei Nº 135/2001, que regulamenta a Lei 9394/96 no município, além de possibilitar aos professores indígenas uma formação diferenciada.

Com base nestes dispositivos jurídicos a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira-AM está reorganizando as escolas municipais que totalizam 100% indígenas, priorizando em seus projetos a formação específica e diferenciada de seus professores.

A discussão sobre Educação Indígena diferenciada na região do Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira não é recente. Desde o início dos anos 90, a FOIRN, lideranças, associações de base e estudantes indígenas junto com as instituições presentes no

município como FUNAI, ISA, UFAM, SEMEC e EAF já reivindicavam uma educação diferenciada, com metodologias específicas com base da legislação vigente que respeitasse a diversidade cultural e lingüística garantindo a autonomia educacional, para atender a uma demanda em uma região composta de 23 povos indígenas de 5 famílias lingüísticas (Tukano Oriental, Maku, Aruak, Yanomami e Tupi - falantes de Nheêngatu), com a maior diversidade lingüística do Brasil, em um estado, Amazonas, onde existem aproximadamente 74 povos indígenas (FARIA, {?}).

A discussão por uma escola diferenciada, garante ao indígena continuar sua cultura e não perder hábitos do seu dia a dia, reforçar no seu conteúdo escolar a sua territorialidade e garantir que o conhecimento dos mais velhos, assim, também chamados os anciões, não seja esquecido, reforçando a partir da criança a identidade de cada povo ali estabelecido.

Com a chegada das missões Salesianas no século XX na região do Alto Rio Negro, as crianças cresceram com uma educação diferente das quase estavam acostumadas, por terem sido tiradas de suas comunidades e suas mães para estudar em internatos, não cresceram com os seus costumes, nem ouvindo seus pais falarem sua língua materna, pois, no internato apenas podia-se falar o português, comunicar-se em sua língua era errado, muitas vezes chegavam a apanhar se pegos falando na língua de origem. As crianças cresceram sem conhecer sua língua e até mesmo sua cultura, pois o ensino da escola era religioso e Ocidental. Horários eram impostos para o estudo, fato que para os indígenas não existe, pois todo momento é hora de aprendizado. Demorou para a missão Salesiana perceber que o estudo forçado as prejudicava, hoje os salesianos são grandes apoiadores da escola indígena, entretanto a educação escolar indígena proposta não é seguida nas escolas indígenas, muitas ainda utilizam o método Ocidental.



Com uma escola diferenciada indígenas receberão uma educação própria para o índio, mas como separar e diferenciar a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena, essa distinção foi inicialmente sugerida por Bartomeu Meliá, em 1979.

Segundo MAHER (2006, p.16):

Quando fazemos menção à “Educação Indígena”, estamos nos referindo aos processos educativos tradicionais de cada povo indígena.

As tradições e culturas são mantidas a todo tempo e toda hora, todo lugar e qualquer atividade que o indígena faça é aprendizado, é educação, o ato de ir pescar, ou até mesmo a roça é educação, para o indígena não é pelo fato de não estar na escola que ele não está aprendendo, horários também não são impostos como são aos brancos. Nas escolas todos participam, alunos, pais e os anciões, todos aprendem e todos ensinam, todos são professores e alunos na comunidade.

Nos processos educativos tradicionais há muito pouca instrução. Não é próprio das sociedades indígenas o discurso pedagógico como o conhecemos: “Preste atenção: é assim que faz. Primeiro, é preciso... Não”. O modelo de aprendizagem indígena passa pela demonstração, pela observação, pela imitação, pela tentativa e pelo erro. (MAHER, 2006).

Portanto para o indígena todo momento é educativo, pois não tem hora para aprender, ao ver, imitar e errar, assim, eles aprendem sobre sua cultura e o trabalho da comunidade, entendem que ali todos trabalham para todos e não individualmente, como é na sociedade do branco.

MAHER (2006, p.21) afirma que:

Os modelos de Educação Escolar Indígena, como vimos, existe um modelo educacional que apregoa, de forma radical, a submersão cultura e lingüística do índio na sociedade dominante com vistas à sua assimilação.

Esse modelo radical, como Maher comenta, é a forma Ocidental de educação, a forma imposta a brancos e que não é de fácil assimilação ao indígena, principalmente a uma criança, pois estão acostumados aos seus costumes, e quando se vem forçados a ter uma Educação

Escolar Indígena, eles tem que abrir mão de seus costumes muito rápido, principalmente de sua língua, deixada de lado por não ser compreendida pelos professores e depois que voltam para suas comunidades não mais se comunicam com todos em sua língua materna, pois já a desconhecem.

Em São Gabriel da Cachoeira escolas diferenciadas já existem, como é o caso da escola Curica e Ba'sé Boo e suas metodologias que se assemelham com o dia a dia da comunidade, como o ensino via pesquisa e a pesquisa participante. A geografia indígena ensinada é através do que se tem e conhece na comunidade e leituras dos livros em sala de aula e também comparações com os acontecimentos climáticos no mundo, como no caso o aquecimento global e o que isso interfere na comunidade.

Para o indígena a geografia é tudo que está presente no espaço deles, é cada passo, cada conhecimento do rio no momento da pesca é o deslocamento para outro lugar, na hora da roça, do caminhar para a caça pelas trilhas e até mesmo na brincadeira das crianças. A geografia é a comunidade, o seu espaço e o seu território.

## **2.2. – Leis: Regulamentando a Educação**

Em 1988 foi publicado a atual Constituição da República Federativa do Brasil, no que se refere aos direitos indígenas, dando ao índio o seu direito de ser e permanecer índio, no qual o mesmo está alicerçado pelas leis:

Lei nº 6.001, de 19/12/1973 – Dispõe sobre o Estatuto do Índio

Título V – Da Educação, Cultura e Saúde

Art. 48 – Estende-se à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no País.

Art.49 – A alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertencem, e em português, salvaguardado o uso da primeira.

Art. 50 – A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

Art. 51 – A assistência aos menores, para fins educacionais, será prestada, quando possível, sem afastá-los do convívio familiar ou tribal.

A portaria Interministerial nº 559. de 16/04/1991 – os Ministros de Estado da Justiça e da Educação, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO:

- que o objetivo dessa ação intergovernamental é garantir que as ações educacionais destinadas às populações indígenas fundamenta-se no reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças, tradições e nos seus processos próprios de transmissão de saber.

Em 1989 entrou em vigor no Amazonas A Constituição Estadual do Amazonas – 1989.

Resolução nº. 99/97 – CEE/ AM, DE 19/12/1997 – Estabelece normas regulamentares para implantação do regime instituído pela Lei nº 9.394/96, neste Estado.

Art. 40 – A Secretaria de Estado da Educação criará e organizará um Comitê Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, com a participação paritária entre representantes índios (através de suas organizações, em especial a dos professores) e não-índios (Órgãos, Instituições Governamentais e Não-Governamentais) envolvidos diretamente na questão, com a finalidade de assessorar os Órgãos Normativos.

Art. 41 – A formação, capacitação e/ou especialização de professores índios, ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação/IER/AM, que poderá inclusive, estabelecer parcerias com outros órgãos.

Art. 42 – As classes de 1º a 4º series das escolas indígenas, deverão ser atendidas por professores índios, salvo nos locais onde não existam professores índios qualificados ou em processo de qualificação.

O Decreto nº 18.749, de 06/05/1998 – institui o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena - CEEI do Amazonas.

Art. 1 – Fica instituído, no âmbito do Poder Executivo, o CEEI, órgão consultivo e deliberativo sobre matérias relativas as ações e projetos de educação escolar desenvolvidos juntos as comunidades indígenas do Amazonas.

Parágrafo único – As ações e projetos e que se refere este artigo serão desenvolvidos com assessoramento, coordenação e acompanhamento do Instituto de Educação Rural do Amazonas – IER/AM, órgão vinculado á Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEDUC.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996 vem completar e complementar a legislação educacional, emanada na Constituição de 1988. Nesta lei dois são os principais artigos que dão ênfase à questão da educação escolar indígena, localizadas no Título VIII – “Disposições Gerais”, Artigos 78 e 79.

“Art. 78 - O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79 – A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º - Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º - Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.”

Posteriormente a esta lei, em 1999, a Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovou a Resolução Nº 03/CEB/CNE que regulamenta e divide as responsabilidades das três esferas de governo com a educação escolar indígena.

No ano de 2001, o governo do Estado do Amazonas, através do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena regulamentou esta resolução através da Resolução Nº 011/2001. Para os povos indígenas a preservação e valorização da identidade étnica significa a manutenção da própria existência.

### 2.3. – Entendendo o Projeto: Futuro ou Presente?

É fato que esse projeto tende a aumentar a cada dia, com o apoio das instituições presentes e da própria comunidade, que vê-se crescer através de suas crianças e adolescentes um conhecimento político e cultural, tendo como princípio a educação básica em seus conhecimentos e também nos conhecimentos ocidentais.

Nessas ocasiões buscaram definir o perfil específico da escola indígena ou, dito de outra forma, construir uma escola indígena que viesse atender as necessidades imediatas e contribuir para a definição do projeto de futuro de cada povo. (SILVA, et al, 2009).

Para os índios e principalmente professores a escola é um dos principais locais, hoje, de conhecimento político pedagógico e de interculturalidade na aprendizagem de uma criança em formação. Segundo COLLET (2003) o conceito de interculturalidade é um dos princípios básicos tanto do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), como de diversos projetos de educação escolar indígena existentes no Brasil.

Um dos pontos fortes dos projetos de educação escolar indígena é a interculturalidade, trabalhar com o bilíngüe com o “seu” e o do “outro” garante um maior conhecimento e um aumento da *valorização da cultura indígena*.

Com a presença do homem branco constantemente em São Gabriel da Cachoeira, principalmente dos militares, a interculturalidade tornou-se mais presente nas comunidades, pessoas que somente falavam a sua língua tradicional, hoje falam, também, o português e com isso também aconteceu o inverso, muitos dos que falavam apenas o português passaram a falar a sua língua materna.

Um fato importante a se destacar é que muitos indígenas falam duas, três ou mais línguas, isso ocorre, porque em São Gabriel da Cachoeira acontece a exogamia lingüística, um índio não pode se casar com uma índia que fale a mesma língua que a sua, como

exemplo: um Tukano não pode casar com um Tukano e sim com um índio de uma outra etnia como o Tariano ou outras presentes em S.G.C., essa regra acontece para não se perder a lingüística. Contudo quando o casal tem um filho ele será considerado da etnia do pai, no caso se o pai for Tariano e a mãe Tukano, a criança será Tariana. Com isso a criança aprende a língua do pai, da mãe, o português e muitas vezes até o espanhol por ser um área de fronteira e dependendo de qual etnia o pai e a mãe sejam, se a língua predominante da comunidade for o Nheêgatu ou o Tukano a criança passa a falar também essa língua, tratando assim a interculturalidade dentro da própria comunidade e agora a levando também para a sala de aula e trabalhar com as distinções desde pequenos.

D'Angelis (2000, p.158 e 159) afirma:

É comum e recorrente a afirmação de que as comunidades indígenas pedem escola porque querem saber ler, escrever e fazer conta “pra deixar de ser enganados pelos brancos” e coisas semelhantes.

Ao afirmar em 1995 quando escreveu o artigo, entretanto somente publicado em 2000, D'Angelis questiona o fato do que é realmente a escola para os indígenas. Muitas vezes ela chega à comunidade com várias idéias e ideais e acaba sendo a mesma coisa que é para o ocidental, apenas aprender certas coisas que lhe são cabíveis aprender e nada mais. Para ele a escola tem que ser mais intensiva e eficiente para, assim então, atuar na comunidade, como foi idealizada por todos ao construir um projeto.

SOBRINHO (2009, p.152) afirma ao estudar crianças da escola Sateré Mawé e analisar a maneira como as crianças participam da escola e constroem novos significados.

Dar voz às crianças é, sem dúvida, criar a possibilidade de sedimentar um projeto de sociedade que seja construído com elas e para elas, o que contraria a visão adultocêntrica e burguesa que, historicamente, tem negado a presença da criança enquanto construtora de conhecimentos e de história.

Sobrinho vem para salientar que com uma escola a comunidade pode obter um diferencial, a criança pode ser a diferença, ao contrário de D'Angelis que diz que a escola

pode ser um cativo ou apenas um método de aprendizagem passageiro, que somente irá servir para deixar de se enganado.

Pode-se dizer que sim, em um primeiro momento a escola poderia ser somente isso, um lugar para aprender a deixar de ser ludibriado pelo branco, mas com o tempo ela passou a ser algo mais, passou a ser uma certeza de presente e futuro para o indígena, através dela muitos formaram-se e foram para a faculdade, alguns retornando a comunidade para transmitir o conhecimento adquirido ao longo do tempo e agora diferenciado para melhor acolher ao povo e incentivar a adquirir cada vez mais conhecimento para defender o seu território, sua cultura e história.

BANIWA (2009, p.215 e 216) afirma que:

Hoje a educação escolar indígena em alguns lugares da forma como é abordado nas escolas Indígenas, é, em muitos casos, a ponte que leva ao individualismo e à negação de identidades, culturas, alteridades e diferenças, na medida em que um jovem indivíduo torna-se um jovem genérico, sem passado, sem presente, nem futuro. Por outro lado, embora ainda muito tímido, algumas escolas indígenas tem sido o lugar em que se originaram movimentos de resistência e de reivindicação de direitos sobre a terra, saúde, contra a discriminação e a falta de respeito. Também um espaço de reafirmação das identidades e de construção permanente de autonomia e alteridades.

A escola pode ser o local de mudança de uma pessoa? Não e sim. Não, se escola não for bem estruturada e a educação continuar sendo de forma em que não se exponha de forma concreta o direito, dever, práticas e realizações e principalmente a esperança de que a pessoas podem realizar, mas também com um ensino em que não se enalteça o valor indígena e seus direitos garantidos em lei. E sim, ela pode modificar a partir do momento em que na sala de aula o professor repasse a criança a partir de uma metodologia diferenciada, seu dever, história, essa pode fortificar a identidade de cada povo, e fazer a criança refletir sobre o que está acontecendo em sua comunidade, o que falta para ela, qual é a sua maior problemática, assim, podendo correr atrás de identificar suas perguntas e passar a conhecer ainda mais sua cultura na pesquisa que vai ser realizada junto a sua família e a aldeia.



Uma criança é capaz de fazer a diferença, mas para isso antes ela tem que ver outros começarem a diferença e mostrá-la que ela é capaz de seguir com o projeto, mesmo que a escola utilize uma metodologia ocidental, o conhecimento indígena vem do convívio com a comunidade, o seu dia a dia, através dos mais velhos, da observação. Assim como o ocidental o indígena também utiliza-se de um ditado conhecido, “a educação vem do berço”, a criança aprende a ser o que é no que observa nos pais e ainda mais na própria comunidade, ela é um mero reflexo do que vive e vê. A diferença vem de um lugar simples que não somente é para aprender a ler e escrever para deixar de ser enganado pelo branco, mas também para deixar de ser o outro e se tornar um diferencial.

Muitas das preocupações com a educação escolar indígena estão voltadas para a interferência que pode causar na cultura tradicional dos povos caso não seja feita a partir dos interesses do grupo. (LISBOA, 2009).

Quando a UFAM esteve junto com os comunitários para a construção do projeto, a primeira pergunta foi como que eles queriam a escola, deveria ser a partir do que eles esperam, fazem, para não ter a interferência da mesma e sim participação ativa de todos. Com a comunidade ativa no meio de aprendizado do filhos além de ensinar ela também aprende, podendo assim, em sala de aula realizar trocas mútuas de aprendizagem.

Ao se ter uma escola exclusiva indígena, encontra-se facilmente um luta por uma melhor perspectiva de ensino, não apenas pelos alunos, mas pelos professores. Mestres na arte de ensinar, eles também são partes integrantes da escola que fazem o diferencial acontecer.

A maioria dos professores são formados pelo Proformar, possuem o Magistério Comum e outros que vem para a cidade e vão para Universidade. Eles têm um fator importante na transmissão do conhecimento. Segundo KIRIMBASAWA (2009), a formação de indígenas como professores e gestores das escolas localizadas em terras indígenas e hoje

um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena no Brasil, pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilingüismo, e do multilingüismo, no caso deste Município, e da interculturalidade.

É a partir deles que o mundo escolar surge e sobrevive, onde todo o conhecimento é transmitido ao aluno, um novo universo que realiza-se, contudo o professor também tem que passar por um complemento educacional próprio de valorização, respeito e conhecimento político, histórico e pedagógico, para em seguida transmitir o aprendizado.

### **3. COMEÇANDO O PROJETO**

#### **3.1. – Conhecendo o Lugar**

Nestes últimos tempos vem sido realizados vários encontros para discussão da política educacional exercida na região de São Gabriel da Cachoeira. Nestes encontros percebeu-se que o ensino pedagógico oferecido nas escolas públicas municipais, estaduais e federais, iniciadas com a missão Salesiana na região, tinha como princípio integrar o indígena a sociedade envolvente, proporcionando-lhes uma educação com base e metodologias de branco para indígenas.

A escola, como instituição, surge para os povos indígenas a partir do contato. Impondo-se por meio de diferentes modelos e formas, cumprindo objetivos e funções diversas, a escola esteve presente ao longo de toda história de relacionamento dos povos indígenas com representantes do Estado-nação. (GRUPIONI, 2006, p.43).

Segundo FARIA (2007), o que difere esta licenciatura das demais é o fato de ter sido discutida de forma participativa por meio da territorialidade lingüística com os povos indígenas da região, respeitando a diversidade cultural e lingüística.

As escolas indígenas Ba'sé Boo e Curica proporcionam esse diferencial, localizadas nas comunidades São Jorge e Curicuriari, respectivamente, elas diferenciam-se das outras a partir de suas metodologias utilizadas para o ensino indígena, respeitando sua cultura e diversidades, tendo em sua escola uma organização 100% indígena, utilizando a língua materna (Tukano e Nheêgatu) como primeira língua e o português como segunda língua.

Segundo GRUPIONI (2006), é nesse contexto que os povos indígenas no Brasil têm reivindicado uma escola indígena que lhes sirva de instrumento para a construção de projetos autônomos de futuro, dando-lhes acesso a conhecimentos necessários para um novo tipo de interlocução com o mundo de fora da aldeia.

Poder discutir sobre seu futuro com um ocidental e reivindicar seus direitos aumenta com a escola, crescendo politicamente e tendo um conhecimento sobre sua própria identidade faz com que na hora da comunicação, seja na universidade, na elaboração de artigos e projetos ou até mesmo no convívio social, o índio seja destacado de forma com que as pessoas ao seu redor o respeitem mais.

Idealizar uma escola diferenciada não é simples, a comunidade tem que estar em comum acordo, precisam da ajuda dos professores indígenas, das lideranças, das famílias e também crianças e dos professores/consultores/ajudantes no caso das comunidades estudadas professores da UFAM para a formulação do projeto e apoio do município e secretária de educação do mesmo para a construção das escolas na comunidade.

Um trabalho e idealização de todos, começando por um diferencial indígena onde o coletivo predomina frente ao individualismo ocidental, se algo beneficiará a um todo mesmo que somente poucos utilizem será também seguido em frente e com apoio das lideranças, famílias e comunidade.

## **3.2 – Escolas Indígenas: Ba'sé Boo e Curica**

### **3.2.1 – Escola Indígena Ba'sé Boo**

As escolas indígenas são projetos de instituições indígenas, nesse caso com a Universidade Federal do Amazonas, junto com as comunidades envolvidas de cada pólo para a construção da Maloca Escola Indígena, para obtenção de um ensino diferenciado que valoriza a cultura de cada povo interagindo criança, adulto e ancião como forma de aprendizado e melhor conhecimento da comunidade.

Por decisão das lideranças, professores, comunidades, alunos sobre nosso destino e autonomia “queremos uma escola de excelência” implantada fora do espaço físico-geográfico das comunidades localizadas no rio Curicuriari. A escola indígena contará com uma estrutura

de escola agro-ecossistema em regime de internato de modo a ser capaz de atuar frente as novas condições de ocupação, aperfeiçoamento e posteriores. Considerando os objetivos e metodologia que assegura e garantem o desenvolvimento da educação escolar indígena diferenciada, específica, intercultural, bilíngüe e comunitária preconizada em lei (Extraído do Projeto Maloca Escola Timbiú Ti Watári, Comunidade São Jorge - S.G.C., 2005).

A escola Ba'sé Boo ou Bá Assebó (escrita na língua Tukano), a escrita varia de acordo com a comunidade, foi projetada em 2005 na comunidade São Jorge, Rio Curicuriari, em São Gabriel da Cachoeira/ AM. Sua principal função seria consolidar a cultura e fortalecimento das comunidades Tukano, Arapaço, Piratapuia e Dessano, que estavam deixando de valorizar suas culturas tradicionais por conta da chegada dos missionários (civilização) e militares. A elaboração do projeto foi realizado no dia 28 de agosto de 2005 concretizando um ideal para as comunidades envolvidas.

A escola foi idealizada pelo ACIEB e pelos comunitários de São Jorge, tendo como coordenador inicial da escola Mário Nogueira Ferreira. A escola, segundo escrito no projeto teria alojamento para os professores, cozinha e refeitórios, rabetas para locomoção dos alunos e gerador próprio, facilitando o ensino nas escolas. Junto à escola e metodologia diferenciada foi sugerido as crianças aprofundamento cultural dos conhecimentos tradicionais de seus povos, com elaboração de cartilhas nas línguas e formação indígena para conhecer sua realidade étnica.

Como objetivos a escola obteve a construção da maloca escola; terra (manejo do agro-ecossistema), auto-sustentação; biologia e conservação da biodiversidade, reflorestamento; lutas e movimentos; ética; pluralidade cultural; turismo e ecoturismo; saúde e educação técnica de aprendizagem do índio e não-índio (da ciência tecnológica) renováveis e não renováveis; intercâmbio (poesias, cantos, cartilha) com outras redes educacionais; oficinas (cursos); patentear, arquivar conhecimentos tradicionais.

Contudo, ao visitar a comunidade em trabalho de campo, no mês de fevereiro percebeu-se que o projeto não está sendo praticado como o esperado. A escola não é em formato de maloca como está na elaboração do projeto e sim de alvenaria, como mostra a figura 02, não há trabalhos com conservação da biodiversidade na metodologia da escola, e não há trabalhos com reflorestamento, a educação sobre história indígena para o conhecimento de lutas e movimentos também não é aplicada, a pluralidade cultural e o intercâmbio cultural são executados mas de forma pequena, na verdade esse objetivo ainda está se iniciando na escola, porém ainda feito somente na sala de aula e pouco se usa a língua da comunidade, o turismo e ecoturismo não é transmitido para o aluno, mas sabe-se que na comunidade é praticado quando se tem turistas no município e visitam a comunidade. Sobre os conhecimentos tradicionais as crianças o estudam com os professores, mas não fazem um trabalho sobre o arquivamento deste.

Sua metodologia é a mesma adotada pela SEMED – Manaus. A prática da geografia é a mesma adotada pelo ocidental, os livros utilizados são os da SEMED e é o mesmo utilizado pela escola municipal Marchesie de São Gabriel da Cachoeira.



**Fig. 02.** Escola Indígena Ba'sé Boo.

**Fonte:** Thaline F. Fontes, 2010.

Na escola Ba'sé Boo contém 3 professores, sendo esses com formação do Profromar III, Magistério Comum e Acadêmico, a escola trabalha com o Ensino Fundamental, com um total de 50 alunos, 28 alunos de 1° a 4° série e 22 alunos de 5° a 8° série e conta apenas com 1 sala de aula. Os alunos que estão no Ensino Médio vão estudar na Escola de Curica, em Curicuriari.

Para o professor da escola Ba'sé Boo a importância do aluno para a comunidade gera grande expectativas para o futuro, segundo o professor: “despertar o aluno a esperança para uma vida de qualidade em nome da nossa própria comunidade e com nossa identidade é uma garantia de nosso futuro e passado”.

Mas como despertar esse futuro se o ensino na escola não viabiliza essa prática? Ao conversar com o professor ele diz que a escola está em fase de conhecimento, aos poucos se adequando para, enfim, formar uma escola educacional indígena, mas em contra partida pensasse nas crianças, elas tem uma escola diferenciada, porém somente no nome, pois o ensino é ocidental, com metodologia e material ocidental e poucas práticas quase nulas diria, do seu povo.

### **3.2.2 – Escola Indígena Curica**

A Escola Curica, ou Kurica (escrita Nheêgatu) localizada na comunidade Curicuriari, Rio Curicuriari, São Gabriel da Cachoeira/ AM, é uma comunidade que também possui uma Maloca Escola Indígena extensão do mesmo projeto. A Maloca Escola proporciona ao indígena um ensino não somente com o professor, também indígena, mas interagindo com toda a comunidade expandindo as novas e antigas informações.

Entretanto, assim como a escola Ba'sé Boo, a metodologia utilizada na escola é a ocidental, diferenciando-se apenas nas práticas da Geografia, na qual focam a comunidade e o lugar onde vivem como novas experiências e aprendizagem. A escola também, não é maloca como no projeto e sim de alvenaria (como mostra as figuras 03 e 04). Os mesmos objetivos propostos a Ba'sé Boo foram propostos a esta escola, entretanto está também não segue os objetivos e trabalha com a educação ocidental.

A questão deste estudo é demonstrar que não é pelo fato de ser uma escola indígena diferenciada que ela costuma ser assim, a falta de professores com especialidade e preparação na área faz com que o ensino seja o mesmo que estava sendo evitado, formando um indígena sem a consciência de que ele pode fazer mais, ser mais e tem direitos constituídos em leis, que muitos desconhecem.



**Fig. 03.** Escola Indígena Kurica  
**Fonte:** Thaline F. Fontes, 2010.





**Fig. 04.** EIK - Escola Indígena Kurica  
**Fonte:** Thaline F. Fontes, 2010.

A escola trabalha com o Ensino Médio desde o ano de 2009, conta com 26 alunos e 6 professores, sendo as formações do Proformar II (2), Magistério Comum (2) e Acadêmico (2). A escola conta com duas salas de aula e uma casa de apoio que serve como escola com uma sala para o terceiro ano.



**Fig. 05.** Escola Apoio da Escola Indígena Kurica  
**Fonte:** Thaline F. Fontes, 2010.

Segundo o Professor Brasilino Clarindo Fernandes, da etnia Baniwa, o material utilizado na escola é o mesmo da escola municipal Marchesie de São Gabriel da Cachoeira. A aula de Geografia é trabalhada duas vezes na semana, na Segunda-Feira e na Terça-Feira, tendo apenas 45 minutos de exposição nos dias.

Segundo o Professor Brasilino Fernandes para o ensino não ficar como o do ocidental, ele junto aos alunos procuram ver as lições vista nos livros e levar para a comunidade, como forma de aprendizagem da geografia com a realidade indígena do dia a dia.

Apesar do uso de metodologia ocidental e os livros da SEMED o professor diz mostrar aos alunos a importância de se ter mais, de se aprender mais, lembrar velhos costumes. “O conhecimento dos antigos foi esquecido a partir do conhecimento dos brancos chegar, hoje muitos não sabem mais a língua geral” palavras do professor Brasilino.

A professora Ligia, utiliza a geografia nas trilhas, rios e igarapés com os alunos, passando o conhecimento didático para dentro da comunidade. Contudo os alunos hoje, segundo Ligia, “eles sabem muito sobre o Brasil, a Europa, o Mundo, mas não sabem sobre a comunidade, a casa, sabem o que vem nos livros, não se interessam muito em perguntar para os pais sobre onde moram”.

Segundo D’Angelis (2000) é preciso reconhecer que, sendo a escola uma instituição não-indígena, surgida em contextos de sociedades radicalmente distintas das sociedades indígenas, criar hoje a *escola indígena* é ainda um desafio.

O projeto da escola maloca visualizou uma educação diferenciada para que o fortalecimento cultural e territorial torna-se cada vez mais forte, entretanto a metodologia utilizada para o ensinamento das crianças continua sendo a do homem ocidental, proporcionando ao indígena um conhecimento atual de uma sociedade branca e deixando de lado o conhecimento de seus ancestrais, que aos poucos os professores das escolas estão

tentando levar de volta as salas indígenas, para valorização cultural e de sua identidade indígena.

Não é que os professores ou comunitários estejam deixando a educação indígena de lado, para algumas comunidades é difícil executar em um espaço diferenciado a sua própria diferenciação, já que a escola não é uma construção indígena e que diferencia-se muito do que o branco a impõe. Torna-se mais viável ensinar o que aprendeu com o branco o método dele, para assim começar a construir e entender como criar e fortalecer o seu método de criação em uma escola própria.

Mas existem comunidades que são mais rápidas nessa assimilação e já executam com quase que uma exatidão o seu dever de escola diferenciada, como é o caso do distrito de Iauaretê – S.G.C. Alto Rio Negro, onde a escola trabalha com sua metodologia incentivando o aluno a pesquisa, projetar e executar a sua pesquisa que elabora junto ao professor dentro da própria comunidade, utilizando o seu dia a dia como análise de estudo.

### **3.3 - Metodologia do Ensino e Geografia Indígena**

Duas das metodologias que deveriam ser utilizadas nas escolas Ba'sé Boo e Curica, seria o Ensino Via Pesquisa e a Pesquisa Participante.

O “Ensino Via Pesquisa” (Hernandez, Demo, Oliveira) é uma concepção curricular que parte da idéia de que o currículo é aberto, e se estrutura sobre problemáticas que serão respondidas processualmente a partir de pesquisas que permitem o desenvolvimento de várias habilidades intelectuais (OLIVEIRA, {?}).

O processo de pesquisa seria em um aluno identificar um problema na comunidade na qual trabalharia e que ele ao processo da pesquisa responderia e executaria seu projeto a partir das descobertas junto a comunidade.

Segundo Brandão (1982), a pesquisa participante trata-se de um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com o objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação.

O aluno juntaria o processo do ensino via pesquisa junto com o processo da pesquisa participante, unindo a problemática de sua comunidade junto a mesma e descobrir através da ajuda dos familiares e moradores da aldeia uma solução para aquele problema, podendo utilizar o estudado em sala de aula e aplicar na realização da pesquisa.

Segundo as propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a Geografia tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social.

Contudo, o ensino nas escolas do Rio Curicuriari não são adequadamente as metodologias acima mencionadas nem da PCN, utilizam livros didáticos sediados pela SEDUC e os livros de Geografia utilizados sobre Geografia Geral do Brasil para o ensino do 1º ano do ensino médio e o de Geografia: Ciências Humanas e suas Técnicas, para o 2º ano e o 3º ano é uma mescla de tudo estudado.

Se perguntar a um estudante de escola pública ou privada de ensino Ocidental, o que é Geografia ele lhe responderá de várias maneiras possíveis, porém todas estarão ligadas ao ensino que tiveram em sala de aula ou o que vem na televisão e estarão também relacionadas com mapas, poucas serão as respostas que interliguem Geografia e o seu cotidiano, assim mesmo é perguntar para um aluno das escolas Curica e Ba'sé Boo, entretanto com uma pequena diferença, já que apesar do ensino ocidental eles utilizam um pouco do seu dia a dia na sua geografia podendo ressaltar e comparar a Geografia com a sua comunidade.

Contudo se você perguntar a um indígena que estuda em uma escola diferenciada o que é Geografia ele lhe dirá sobre seu cotidiano, sobre suas experiências sobre o seu espaço,

assim como responderão os alunos das Nações Indígenas do Acre na aula da saudade de Plenificação em Geografia quando lhes foram perguntados “*Geografia, o que é?*” em 2002:

*Geografia é o homem que transforma muitas coisas:*

*A mata numa cidade, a terra num roçado, a folha em remédio,  
madeira em barco, a macaxeira em farinha.*

*É o seringal, a colocação, a estrada de seringa.*

*É a economia da borracha, o dinheiro da floresta.*

*É o índio seringueiro, caçador, pescador e professor.*

*Geografia é o entendimento da aldeia e do mundo*

*Do nosso mundo e do mundo do branco.*

*É a cidade, o Brasil e os outros países*

*Geografia é a história do mundo.*

*O mundo é a terra, a terra é a aldeia, o rio,*

*o rio que cai num outro rio, que cai num outro rio,*

*que cai no mar. Geografia é o depois do mar.*

*O mar que agüenta a terra, o homem e sua casa.*

*É o índio seringueiro, caçador, pescador e professor. Geografia é o depois do mar.*

*É estudando a Geografia que podemos saber do tamanho da nossa terra,*

*nova riqueza, nova cultura, do que ainda pertence ao nosso povo,*

*e o que o branco, o nawá, não vai mais tomar.*

Os indígenas resumem bem o que é geografia nesse parágrafo, a Geografia é tudo ao seu redor e o que não está ao seu redor é tudo o que podem fazer ou não fazer. Para os indígenas a Geografia é o poder de tomar decisões, conhecer e dominar o seu lugar. Esse reconhecimento geográfico torna-se mais forte quando colocado em praxe.

Como as crianças nas escolas de Curicuriari e São Jorge podem demonstrar esse conhecimento. Mesmo com a metodologia da SEDUC o índio tem um conhecimento que vai além da sala de aula, vem da sua criação.

### **3.4 – Parâmetro Curricular Nacional – PCN**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (PCN, 1997).

O PCN visa a melhoria da educação nas escolas, através de pesquisas, investimentos para as escolas, ensino de qualidade e participação freqüente dos alunos em sala de aula. Os parâmetros ocorridos nas salas de aula das escolas do Rio Curicuriari torna-se, aos poucos, específica ao projeto idealizado das escolas e ao da PCN.

Na PCN (1997) a Geografia é uma ciência que faz parte da formação de um cidadão:

A Geografia, na proposta dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirirmos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço, e perceber as marcas do passado no presente.

As escolas de São Jorge e Curicuriari estão começando a trabalhar a geografia de uma forma que possam levar o da sala para a comunidade e o da comunidade para a sala. Mas como fazer isso em apenas dois dias de aula? A escola diferenciada trabalha sem horários

todo dia você faz um pouco de todas as disciplinas que você aprende, nas escolas ocidentais não, você tem dia e horário marcado para tudo, sendo que você apenas volta a ver sobre a disciplina quando você a estuda, poucos são os alunos que levam para o cotidiano, como mostra a figura 06, a escola Curica trabalha com a Geografia apenas duas vezes na semana, segunda e terça, horários curtos para aprender em sala e sair em prática pela comunidade para visualizar tudo que estudou em classe.

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
2º Tempo 15:00 - 15:45	BIOLOGIA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	ESPAÑOL	PORTUGUÊS
3º Tempo 15:45 - 16:30	BIOLOGIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	ESPAÑOL	ARTES
4º Tempo 16:30 - 17:15	GEOGRAFIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	FÍSICA	QUÍMICA
Intervalo 17:15 - 17:30	INTERVALO				
Intervalo 17:30 - 17:45	INTERVALO				
5º Tempo 17:45 - 18:30	ARTES	QUÍMICA	HISTÓRIA	FÍSICA	ED. FÍSICA TEÓRICO
6º Tempo 18:30 - 19:00	PORTUGUÊS	QUÍMICA	HISTÓRIA	FÍSICA	ED. FÍSICA PRÁTICA

**Fig. 06.** Horários de aula da Escola Curica

Fonte: Thaline F. Fontes, 2010.

Apesar de ser apenas dois tempos o professor Brasilino Fernandes garante que os recursos utilizados para o aprendizado são colocados em prática, nas trilhas e nos rios, ele está estudando uma maneira de se estudar na roça também, por conta do solo. Assim faz com que o aluno tenha uma maior percepção da sua comunidade e do que ele tem que preservar para a distinção do seu território, da sua identidade e cultura.

## 4. CONCLUSÕES

O processo de implantação das escolas iniciou-se em 2005, com o apoio da comunidade de São Jorge e logo depois anexada na comunidade Curicuriari com as respectivas escolas Ba'sé Boo e Curica. Os objetivos das escolas era a construção de uma maloca escola, fornecer uma educação diferenciada e que levasse ao aluno um novo conhecimento, fortificação cultural, conhecimento dos antigos rituais e danças, cultivo da terra, entre outros, até hoje nenhum desses objetivos foi alcançado, sendo que do projeto apenas a escola foi construída, e o ensino diferenciado ainda é igual ao ocidental.

As escolas trabalham com o ensino metodológico ocidental, não especificando e desenvolvendo, assim, nos seus estudos os componentes geográficos. Espaço, território, fronteira, entre outros são assuntos poucos discutidos, essa deveria ser a parte disciplinar com maior ênfase na Geografia, ainda mais em uma indígena, em um lugar de fronteira, com brigas territoriais por terras indígenas e o conhecimento das crianças a essa disciplina torna-se pouco em relação ao que deveriam saber.

Por ter ido a campo em época de recesso escolar e atividades comunitárias, não foi possível junto as comunidades elaborar os mapas temáticos por meio de oficinas participantes onde abordaríamos os aspectos geográficos nas línguas Tukano e Nheêgatu.

A metodologia utilizada na transmissão do ensino da Geografia é a mesma utilizada nas escolas municipais, governamentais e privada, um conhecimento razoável sobre a Geografia que não abrange todos os componentes geográficos e que não se assemelha ao que seria estuda em uma escola diferencial. Contudo apesar dos livros didáticos utilizados os professores utilizam a geografia como ponto de comparação entre o que acontece com os brancos e o urbano e se reflete direta ou indiretamente em sua comunidade, como a poluição dos rios, o mau uso das águas, a desmatamento a caça ilegal entre outros.



Os componentes geográficos propostos pela PCN são o de conhecer o seu espaço, observar saber o que tem de diferente ou não, conhecer, explicar saber a singularidade de cada lugar da comunidade, no caso das escolas indígenas trabalhar com as trilhas, roças, rios, projeto pouco executado nas escolas, mas que vem ganhando um pouco de espaço na luta para tornar as escolas diferentes do que são hoje e torná-las realmente diferenciadas.

A proposta deste projeto foi analisar o ensino da Geografia nas escolas indígenas Curica e Ba'sé Boo, sendo esse um ensino diferenciado por ser escolas diferenciadas, mas ao chegar na comunidade observou-se que elas não diferem das escolas ocidentais. Trabalham com a mesma metodologia de ensino e com os livros didáticos da SEDUC e utilizam o português como primeira língua, porém, o porquê das escolas continuarem a ensinar com métodos, ainda ocidentais, onde para o branco o índio é apenas uma parte da história na época da colonização, ou um personagem literário romântico idealizado por muitos que será sempre o nativo. Isso é regressar no ensino, os projetos das escolas diferenciais é um pensamento no hoje, no amanhã e no depois, consolidar as lutas antigas e novas em nome de um povo e essas escolas tem esse diferencial, entretanto ainda não a consolidaram.

## 5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANIWA, Edilson Martins. *Educação Escolar Indígena e Político Linguística: Comemoração ou Reflexão?.* Anais. Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena. Manaus – AM, 2009, p.215.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Repensando a Pesquisa Participante.* Brasiliense: São Paulo, 1982.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de novembro de 1988.*

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental.* – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p.

COLLET, Célia Letícia Gouvêa. *Interculturalidade e Educação Escolar Indígena: um breve histórico.* In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Contra a Ditadura da Escola.* In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

FARIA, Ivani Ferreira. *Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003, 157 p.

\_\_\_\_\_. *Território Indígena: o direito imemorial e o devir*. 1997 (dissertação de mestrado em Geografia Humana) FFLCH – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Magistério indígena e autonomia educacional: o maior magistério do país em São Gabriel da Cachoeira. Texto apresentado no *II Seminário “Construindo um Programa Sustentável para a Educação Escolar Indígena em São Gabriel da Cachoeira”*. São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 2005 (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Relatório do Seminário “Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa”*. São Gabriel da Cachoeira: IPOL, 2006.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Contextualizando o Campo da Formação de Professores Indígenas no Brasil*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

KIRIMBASAWA, Yane. *Projeto Magistério Indígena II: Consolidando a Educação Indígena no Alto Rio Negro*. Anais. Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena. Manaus – AM, 2009, p.285.

LISBOA, Francisco Tarcisio. *Contribuições da Ação Pedagógica Tradicional para a Educação Escolar Indígena: o caso dos Zoró*. Anais. Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena. Manaus – AM, 2009, p.262.

MAHER, Terezinha Machado. *A Formação de Professores Indígenas: Uma Discussão Introductória*. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

OLIVEIRA, Gilvan Muller de. Relatório do Seminário “Política Lingüística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural”, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa”. São Gabriel da Cachoeira: IPOL, 2006.

SILVA, Aracy Lopes. *Por que Discutir hoje a Educação Indígena?* In: SALUM, Elizabeth, SILVA, Nilza I., ANDRADE, José E. *A Questão da Educação Indígena*. Brasiliense, São Paulo, 1981.

SILVA, Iraci Nobre da, et al. *Projeto de Cursos de Licenciatura Específicos para a Formação de Professores Indígenas*. Anais. Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena. Manaus – AM, 2009, p.123.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac. *Educação e Cidadania como Espaços de Disputa: um Estudo Etnográfico com as Crianças Sateré-Mawé na Cidade de Manaus*. Anais. Workshop Nas Trilhas e Redes do Saber: Universidade e Educação Superior Indígena. Manaus – AM, 2009, p.150.

## 6 – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago 2009	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2010	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
01	Levantamento bibliográfico	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	
02	Pesquisa de campo – fontes primárias e secundárias				R	R	R	R					
03	Apresentação do projeto				R								
04	Elaboração do relatório parcial					R	R						
05	Análise dos dados obtidos							R	R	R			
06	Elaboração dos mapas										R		
07	Elaboração do Resumo e Relatório Final											R	R
08	Preparação da Apresentação Final para o Congresso												X

Legenda:

R= Atividades realizadas

X = Atividades não realizadas